



SCR

Sistema de Contas Regionais: Brasil 2021

 ISBN 978-85-240-4588-2
 © IBGE, 2023

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, desenvolve um programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas, por Unidades da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas. Para tal, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais - SCR do Brasil é uniforme, por Unidades da Federação, e integrada à utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN do IBGE.

O SCR, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto - PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente. A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção, valor da produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, o valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB. Pela ótica da renda, o PIB é igual à soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, corresponde ao somatório das remunerações dos empregados, do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto e do total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Este informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do SCR 2021¹, com comparações em relação a 2020 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, ano de início da série.

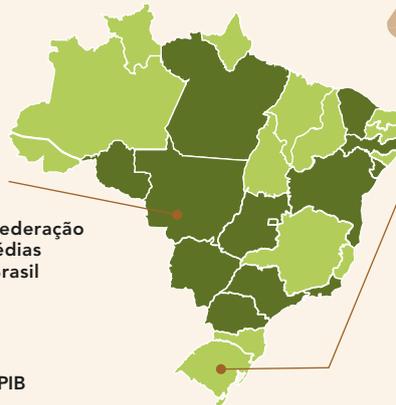
PIB Variação em volume

Brasil
4,8%

Menor resultado
Mato grosso
0,2%

● 14 Unidades da Federação com variações médias superiores à do Brasil

6,8%
correspondendo
a **30,2%** do PIB



Maior resultado
Rio Grande do Sul
9,3%

● 13 Unidades da Federação com variações médias inferiores à do Brasil

3,9%
correspondendo
a **69,8%** do PIB

PIB per capita

2021



Maior
Distrito Federal
R\$ 92 732,27

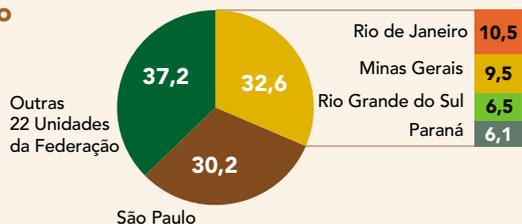


Menor
Maranhão
R\$ 17 471,85

Nota: População residente estimada para 1º de Julho de 2021 segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)
2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre o SCR encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>

PIB pela ótica da produção

Variações em volume

O PIB do Brasil foi estimado em 9,0 trilhões em 2021 e apresentou aumento em volume de 4,8% na comparação com o ano anterior. O resultado representou a recuperação da economia brasileira após a queda observada em 2020 motivada sobretudo pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Em relação aos componentes do PIB pela ótica da produção, o valor adicionado bruto apresentou variação de 4,5% e os impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos, de 6,2%.

Todas as 27 Unidades da Federação apresentaram crescimento em volume do PIB: Rio Grande do Sul registrou a maior variação (9,3%) seguido por Tocantins (9,2%) e Roraima (8,4%). Entre os três grandes grupos de atividades, a Agropecuária apresentou estabilidade em volume (4,2% em 2020), enquanto a Indústria cresceu 5,0% (-3,0% em 2020) e os Serviços, 4,8% (-3,7% em 2020).

Na Agropecuária, a *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* apresentou retração de 1,6% em 2021, na comparação com o ano anterior (5,9% em 2020), em função da redução de algumas produções, principalmente nas culturas com predominância na segunda safra, entre elas o milho, a cana-de-açúcar, o algodão e o café. A atividade de *Pecuária, inclusive apoio à pecuária* cresceu 2,2% em volume (1,0% em 2020), com aumento distribuído entre a criação de bovinos, de suínos e de aves. Na *Produção florestal, pesca e aquicultura* o resultado apontou aumento de 8,6% (variação nula em 2020), vinculado à expansão da extração vegetal e da silvicultura.

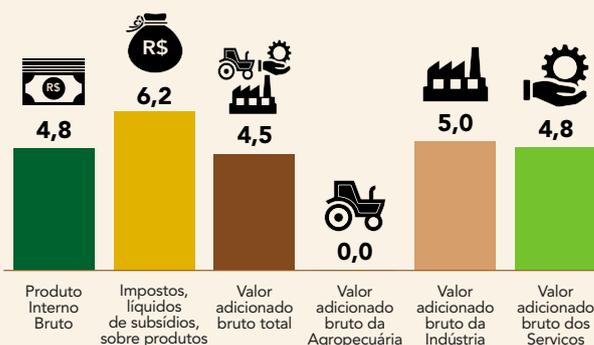
A Indústria cresceu 5,0% em volume, entre 2020 e 2021, para o qual contribuiu sobretudo as atividades de *Construção e Indústrias de transformação*. Na primeira, que registrou variação de 12,6%, o crescimento foi vinculado ao aumento dos investimentos nessa categoria. Em *Indústrias de transformação*, o crescimento de 3,8% se deu após a queda verificada em 2020, com destaque para os avanços nos segmentos de fabricação de máquinas e equipamentos; fabricação de produtos de metal; fabricação de caminhões, ônibus, carrocerias e reboques; fabricação de minerais não metálicos; e metalurgia.

As demais atividades industriais também apresentaram crescimento em 2021: *Indústrias extrativas* com 3,6%, devido à alta na extração de minério de ferro e *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* com 1,5%, resultado atenuado pela crise hídrica ao longo do ano.

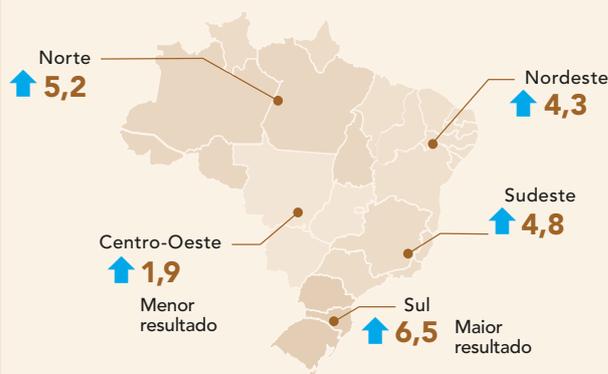
O grupo Serviços apresentou variação em volume de 4,8% em relação a 2020. Os maiores acréscimos, em termos percentuais, foram registrados nas atividades de *Informação e comunicação* (13,9%); *Alojamento e alimentação* (12,3%); *Educação e saúde privadas* (10,2%); e *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (8,3%). Enquanto em *Informação e comunicação* o aumento em volume foi influenciado principalmente pelas atividades de serviços de tecnologia de informação e serviços de informação, nos demais serviços citados, o crescimento foi resultado da redução das restrições de circulação de pessoas, que foram mais severas no primeiro ano da pandemia do novo coronavírus em 2020.

Ainda entre os Serviços, a única atividade a apresentar variação em volume negativa, em 2021, foi *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, com queda de 0,7% por influência direta do

Variação em volume do PIB; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e valor adicionado bruto do Brasil (%) 2021



Variação em volume do PIB (%) 2020-2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

segmento de seguros, resseguros, planos de saúde e atividades auxiliares em que houve aumento dos sinistros em relação aos prêmios.

No âmbito regional, todas as cinco Grandes Regiões registraram crescimento em volume em 2021. A Região Sul apresentou a maior variação (6,5%), sobretudo devido ao desempenho do Rio Grande do Sul. A Região Centro-Oeste ficou com a menor variação dentre as Grandes Regiões, desempenho justificado principalmente pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que apareceram nas três últimas posições em termos de crescimento em volume; resultado vinculado ao desempenho negativo em volume na Agropecuária de cada um deles.

Na Região Sudeste, o crescimento em volume do PIB foi de 4,8%, mesma taxa verificada no Brasil, sendo as elevações de São Paulo (4,7%) e Rio de Janeiro (4,4%) inferiores à média nacional, enquanto

Espírito Santo e Minas Gerais cresceram 6,0% e 5,7%, respectivamente. A Região Norte apresentou aumento de 5,2%, apenas em Rondônia (4,7%) e no Pará (4,0%), o resultado foi inferior à média nacional. Na

Região Nordeste, por sua vez, a variação média foi de 4,3%, com Alagoas registrando o maior desempenho em termos de acréscimo em volume (6,3%), enquanto Pernambuco obteve a menor taxa (3,0%).

Valor corrente, participação percentual, posição relativa e variação em volume do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil 2021

Unidades da Federação	PIB					Variação em volume do Valor Adicionado Bruto (%)			
	Valor corrente (R\$ 1 000 000)	Participação ano anterior (%)	Participação ano corrente (%)	Posição relativa da variação em volume	Variação em volume (%)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Rio Grande do Sul	581 284	6,2	6,5	1ª	9,3	9,5	53,0	8,1	4,4
Tocantins	51 781	0,6	0,6	2ª	9,2	9,7	31,5	8,1	3,6
Roraima	18 203	0,2	0,2	3ª	8,4	8,2	24,8	10,8	6,4
Santa Catarina	428 571	4,6	4,8	4ª	6,8	6,3	0,5	8,4	6,0
Acre	21 374	0,2	0,2	5ª	6,7	6,8	34,0	9,3	4,4
Alagoas	76 266	0,8	0,8	6ª	6,3	6,3	4,7	7,6	6,6
Maranhão	124 981	1,4	1,4	7ª	6,2	6,3	3,5	9,5	6,0
Piauí	64 028	0,7	0,7	8ª	6,2	5,8	1,0	10,7	5,7
Espírito Santo	186 337	1,8	2,1	9ª	6,0	4,9	0,0	4,2	5,5
Paraíba	77 470	0,9	0,9	10ª	5,9	6,0	-0,5	9,6	5,6
Minas Gerais	857 593	9,0	9,5	11ª	5,7	5,6	-8,6	9,1	5,6
Amazonas	131 531	1,5	1,5	12ª	5,6	5,4	0,4	5,2	6,0
Rio Grande do Norte	80 181	0,9	0,9	13ª	5,1	5,1	-2,2	8,0	4,8
Amapá	20 100	0,2	0,2	14ª	5,0	4,8	-0,9	3,0	5,2
14 Unidades da Federação com variações médias do PIB superiores à do Brasil	2 719 699	29,2	30,2		6,8	6,7	13,1	8,1	5,4
Brasil	9 012 142				4,8	4,5	0,0	5,0	4,8
13 Unidades da Federação com variações médias do PIB inferiores à do Brasil	6 292 443	70,8	69,8		3,9	3,7	-7,0	3,6	4,6
Ceará	194 885	2,2	2,2	15ª	4,8	4,6	-4,7	10,0	4,2
Rondônia	58 170	0,7	0,6	16ª	4,7	4,3	0,5	-0,2	6,3
São Paulo	2 719 751	31,2	30,2	17ª	4,7	4,3	-7,2	3,4	4,9
Rio de Janeiro	949 301	9,9	10,5	18ª	4,4	4,2	-5,4	6,6	3,5
Sergipe	51 861	0,6	0,6	19ª	4,3	4,2	-7,1	8,5	3,8
Pará	262 905	2,8	2,9	20ª	4,0	3,7	3,7	1,2	5,9
Paraná	549 973	6,4	6,1	21ª	3,5	3,2	-15,9	7,5	5,5
Bahia	352 618	4,0	3,9	22ª	3,0	3,3	7,3	-1,6	4,2
Distrito Federal	286 944	3,5	3,2	23ª	3,0	2,7	-6,4	11,5	2,3
Pernambuco	220 814	2,5	2,5	24ª	3,0	2,9	3,9	-2,6	4,4
Goiás	269 628	2,9	3,0	25ª	2,5	2,4	-2,2	-1,0	4,8
Mato Grosso do Sul	142 204	1,6	1,6	26ª	0,8	0,3	-17,3	1,0	7,6
Mato Grosso	233 390	2,3	2,6	27ª	0,2	-0,2	-10,5	0,1	5,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Entre as 27 Unidades da Federação, as maiores elevações em volume ocorreram no Rio Grande do Sul (9,3%), Tocantins (9,2%), Roraima (8,4%), Santa Catarina (6,8%) e Acre (6,7%). O desempenho da Agropecuária, principalmente o cultivo de soja, contribuiu para o resultado de 2021 nesses Estados, exceto em Santa Catarina, cuja variação em volume da atividade foi de 0,5%. Além da Agropecuária, no Rio Grande do Sul, o resultado das *Indústrias de transformação* influenciou seu desempenho, sobretudo o segmento de fabricação de máquinas e equipamentos; no Tocantins a *Construção* também contribuiu com crescimento de 22,6%; em Roraima e Acre ainda contribuíram as atividades de *Construção*; *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*; e *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* para o resultado de 2021. Em Santa Catarina, a quarta maior variação em volume do PIB, o resultado deveu-se ao desempenho de *Indústrias de transformação*, principalmente aos segmentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de máquinas e equipamentos; e fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.

No outro extremo, as Unidades da Federação que apresentaram as três menores variações em volume (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) foram influenciadas pelo desempenho em volume negativo da Agropecuária devido à instabilidade climática ocorrida durante os cultivos de segunda safra que prejudicou suas principais culturas. Nesses três Estados constata-se que o crescimento em volume dos Serviços, principalmente naqueles em que houve redução das restrições de circulação de pessoas ao longo de 2021 quando comparado a 2020, compensaram a forte queda em volume da Agropecuária em 2021.

Bahia, Distrito Federal e Pernambuco aparecem em seguida, entre os menores aumentos em volume do PIB, com taxa de 3,0%, cada. Na Bahia e Pernambuco, o resultado em volume negativo das *Indústrias de transformação* influenciou no desempenho destes Estados e esteve atrelado ao segmento do refino de petróleo em ambos, mas foi parcialmente compensado pelo crescimento de algumas atividades de Serviços, como *Transporte, armazenagem e correios*; *Alojamento e alimentação*; e *Informação e comunicação*.

Evolução das participações no PIB entre 2020 e 2021

Em termos de participação no PIB, entre 2020 e 2021, houve aumento percentual na Região Sudeste, 0,4 ponto percentual (p.p.), e na Região Sul, 0,1 p.p.; e redução na Região Nordeste de 0,4 p.p. e na Centro-Oeste de 0,1 p.p.; enquanto a Região Norte manteve sua participação.

Na Região Sudeste, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro ganharam participação no período, muito em função do aumento de preço nas *Indústrias extrativas*: o preço em reais tanto do minério de ferro quanto do petróleo apresentou forte alta em 2021, cerca de 27% e 74%, respectivamente. São Paulo perdeu 1,0 p.p., influenciado em grande medida pelas *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, além da Agropecuária e *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*.

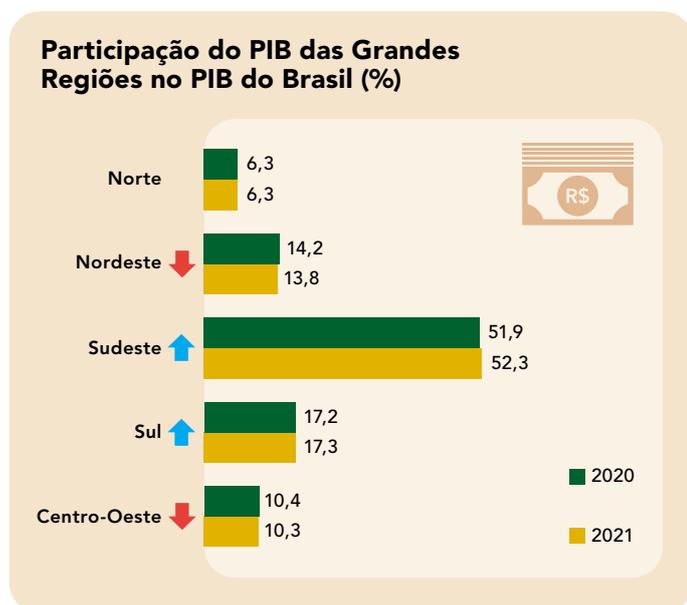
No Sul, os ganhos do Rio Grande do Sul (0,3 p.p.) e de Santa Catarina (0,2 p.p.) responderam pelo avanço da Região, uma vez que o Paraná perdeu 0,3 p.p. de participação entre 2020 e 2021. No Rio Grande do Sul o avanço de participação deveu-se aos ganhos da Agropecuária, que registrou aumento de volume e de preço, e ainda das *Indústrias de transformação*. Santa Catarina teve seu ganho atrelado às *Indústrias de transformação* e ao *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. No Paraná o resultado vinculou-se às perdas da *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* – as produções de soja e milho enfrentaram estiagem durante as culturas de segunda safra –, e ainda pelas *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*.

Observa-se que a perda de peso da Região Nordeste deve-se ao recuo na participação de oito dos nove Estados da Região, com exceção de Alagoas que avançou sua participação no período. Entretanto, apenas a Bahia registrou recuo de 0,1 p.p. na participação, enquanto, para os demais Estados, as diferenças de peso no período não foram suficientes para que suas participações recuassem em uma casa decimal. Ressaltando que, em 2021, 0,1 p.p. do PIB correspondeu a cerca de 9 bilhões de reais.

A perda de participação da Região Centro-Oeste deve-se à redução de 0,3 p.p. do Distrito Federal, considerando que Mato Grosso e Goiás avançaram suas participações em 0,3 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente; enquanto Mato Grosso do Sul manteve sua participação no PIB. Mato Grosso e Goiás destacam-se pelos ganhos de participação da Agropecuária devido ao crescimento dos preços, mesmo que a produção de seus principais produtos agrícolas tenha sido prejudicada pela instabilidade climática.

A Região Norte manteve sua participação de 6,3% em relação ao PIB do Brasil, apenas Rondônia e Pará apresentaram oscilações. Rondônia perdeu 0,1 p.p., explicado pelas atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*. Pará ganhou 0,1 p.p. e insere-se no grupo de Unidades da Federação cujo desempenho do PIB, em 2021, foi favorecido pelo aumento em preço do minério de ferro.

Na análise de posição relativa, em termos de participação no PIB, seis Unidades da Federação trocaram de posição entre 2020 e 2021. O Estado do Rio Grande do Sul, que havia caído para a quinta posição em 2020, voltou a ocupar a quarta, em 2021, devido ao seu ganho relativo na Agropecuária nacional. O Paraná assumiu a quinta posi-



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

ção, refletindo sua redução em volume e em participação no mesmo grupo de atividades. Mato Grosso, pelo segundo ano consecutivo, avançou mais uma posição e, novamente devido ao ganho relativo da

Agropecuária, avançou para a 11ª posição, ultrapassando o Estado de Pernambuco que passou a se posicionar na 12ª. Acre também subiu uma posição, para a 25ª, enquanto o Amapá caiu para a 26ª.

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	PIB			
	2020		2021	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Rondônia	0,7	22ª	0,6	22ª
Acre	0,2	26ª	0,2	25ª
Amazonas	1,5	16ª	1,5	16ª
Roraima	0,2	27ª	0,2	27ª
Pará	2,8	10ª	2,9	10ª
Amapá	0,2	25ª	0,2	26ª
Tocantins	0,6	24ª	0,6	24ª
Maranhão	1,4	17ª	1,4	17ª
Piauí	0,7	21ª	0,7	21ª
Ceará	2,2	13ª	2,2	13ª
Rio Grande do Norte	0,9	18ª	0,9	18ª
Paraíba	0,9	19ª	0,9	19ª
Pernambuco	2,5	11ª	2,5	12ª
Alagoas	0,8	20ª	0,8	20ª
Sergipe	0,6	23ª	0,6	23ª
Bahia	4,0	7ª	3,9	7ª
Minas Gerais	9,0	3ª	9,5	3ª
Espírito Santo	1,8	14ª	2,1	14ª
Rio de Janeiro	9,9	2ª	10,5	2ª
São Paulo	31,2	1ª	30,2	1ª
Paraná	6,4	4ª	6,1	5ª
Santa Catarina	4,6	6ª	4,8	6ª
Rio Grande do Sul	6,2	5ª	6,5	4ª
Mato Grosso do Sul	1,6	15ª	1,6	15ª
Mato Grosso	2,3	12ª	2,6	11ª
Goiás	2,9	9ª	3,0	9ª
Distrito Federal	3,5	8ª	3,2	8ª

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise do período 2002-2021

Desempenho em volume do PIB

Na série 2002-2021, o PIB em volume do Brasil apresentou crescimento médio de 2,1% ao ano (a.a.). Tocantins registrou o maior destaque entre as 27 Unidades da Federação, com variação média de 4,7% a.a., seguido por Mato Grosso (4,5% a.a.), Roraima (4,2% a.a.), Piauí (3,5% a.a.) e Maranhão (3,4% a.a.).

Para o desempenho de Tocantins e Mato Grosso, foi relevante o crescimento em volume da Agropecuária, e para o Tocantins também contribuíram as atividades de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Roraima, destacou-se o acréscimo em *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, além do impacto de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. O Piauí apresentou avanço médio vinculado à Agropecuária, enquanto no Maranhão, o crescimento apresentou maior influência do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que todas as Unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram variações em volume do PIB superiores à média nacional no período. Na Região Nordeste, Piauí e Maranhão apresentam as maiores variações em volume da série, ocupando quarta e quinta posições, respectivamente, enquanto em Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, a variação ficou abaixo da verificada no Brasil. Na Região Sudeste, o Espírito Santo aparece na maior posição, com elevação média de 2,3% a.a., porém São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram desempenho inferior à média nacional de 2,1% a.a.

Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro mantiveram-se como as duas Unidades da Federação de menores aumentos médios na série, 1,6% a.a. e 1,3% a.a., respectivamente. No Rio Grande do Sul, o desempenho esteve atrelado às *Indústrias de transformação*, que apresenta queda acumulada em relação ao início da série. No Rio de Janeiro, *Indústrias de transformação* e *Construção* registraram declínio para o acumulado da série.

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil 2002/2021

Varição em volume acumulada do Brasil: 48,7%

Varição em volume média ao ano do Brasil: 2,1%



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ceará

Variação em volume do PIB

56,4%
acumulada

2,4% a.a.

16ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



11ª posição relativa (2002) / 13ª posição relativa (2021)

Alagoas

Variação em volume do PIB

55,7%
acumulada

2,4% a.a.

17ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



20ª posição relativa (2002) / 20ª posição relativa (2021)

Espírito Santo

Variação em volume do PIB

55,0%
acumulada

2,3% a.a.

18ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



12ª posição relativa (2002) / 14ª posição relativa (2021)

Pernambuco

Variação em volume do PIB

48,2%
acumulada

2,1% a.a.

19ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



10ª posição relativa (2002) / 12ª posição relativa (2021)

Sergipe

Variação em volume do PIB

46,9%
acumulada

2,0% a.a.

20ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



21ª posição relativa (2002) / 23ª posição relativa (2021)

Paraná

Variação em volume do PIB

46,1%
acumulada

2,0% a.a.

21ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



5ª posição relativa (2002) / 5ª posição relativa (2021)

São Paulo

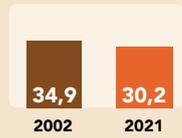
Variação em volume do PIB

45,5%
acumulada

2,0% a.a.

22ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



1ª posição relativa (2002) / 1ª posição relativa (2021)

Minas Gerais

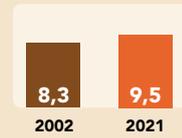
Variação em volume do PIB

41,7%
acumulada

1,9% a.a.

23ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



3ª posição relativa (2002) / 3ª posição relativa (2021)

Bahia

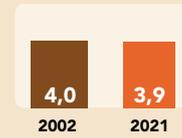
Variação em volume do PIB

40,5%
acumulada

1,8% a.a.

24ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



6ª posição relativa (2002) / 7ª posição relativa (2021)

Rio Grande do Norte

Variação em volume do PIB

39,6%
acumulada

1,8% a.a.

25ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



18ª posição relativa (2002) / 18ª posição relativa (2021)

Rio Grande do Sul

Variação em volume do PIB

35,8%
acumulada

1,6% a.a.

26ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



4ª posição relativa (2002) / 4ª posição relativa (2021)

Rio de Janeiro

Variação em volume do PIB

26,9%
acumulada

1,3% a.a.

27ª posição relativa

Participação do PIB no PIB do Brasil (%)



2ª posição relativa (2002) / 2ª posição relativa (2021)

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)

■ São Paulo
■ Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná
■ Outras 22 Unidades da Federação



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: A série 2002 a 2009 refere-se à série retropolada das Contas Regionais tendo por referência o ano de 2010 e, a partir de 2010, a série é estimada.

Concentração econômica

Em termos de participação no PIB ao longo da série, as Regiões Centro-Oeste e Norte registraram os maiores ganhos relativos entre 2002 e 2021, com avanços de 1,7 p.p. e 1,6 p.p., respectivamente. A única Região a perder participação na série foi a Sudeste (5,1 p.p.), enquanto o ganho de 1,1 p.p. de peso da Região Sul, garantiu um percentual de 17,3%, sua maior participação desde o início da série em 2002.

Na Região Centro-Oeste, destacou-se a influência de Mato Grosso, maior acréscimo de participação entre os entes federativos, 1,3 p.p., em função da Agropecuária. Também no Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul elevou sua participação em 0,5 p.p. e Goiás, em 0,4 p.p., enquanto o Distrito Federal apresentou redução de 0,4 p.p.

O avanço da Região Norte, entre 2002 e 2021, foi explicado em grande medida pelo Pará, desempenho justificado pelas *Indústrias extrativas*, graças à extração de minério de ferro no Estado. Cabe mencionar ainda, que Tocantins e Rondônia também contribuíram com acréscimos de 0,2 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente.

Na Região Sul, Santa Catarina foi o maior destaque, com acréscimo de 1,1 p.p., entre 2002 e 2021, devido às atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Indústrias de transformação*. Entre os demais Estados da Região, o Paraná apresentou aumento de 0,1 p.p., enquanto o Rio Grande do Sul recuou em 0,1 p.p.

Por sua vez, no Nordeste, Maranhão e Ceará registraram acréscimo de 0,3 p.p., cada; Piauí avançou 0,2 p.p.; e Pernambuco, 0,1 p.p., em relação ao PIB nacional. Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas mantiveram suas participações, entre 2002 e 2021, ainda que tenham apresentado oscilações durante a série, e em Sergipe e na Bahia houve redução de 0,1 p.p., cada.

A redução expressiva de participação verificada na Região Sudeste vinculou-se aos resultados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo as duas Unidades da Federação com maior perda de peso, com reduções de 4,7 p.p. e 1,9 p.p., respectivamente. Em São Paulo, houve redução relativa principalmente nas atividades de *Indústrias de transformação*; *Agropecuária*; *Construção*; e *Alojamento e alimentação*. Rio de Janeiro reduziu sua participação sobretudo nas *Indústrias extrativas*; *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*; e *Construção*. Minas Gerais e Espírito Santo avançaram suas participações em 1,2 p.p. e 0,3 p.p., respectivamente, motivado em grande medida pelas *Indústrias extrativas*.

PIB per capita²

O PIB *per capita* do Brasil, em 2021, foi R\$ 42 247,52, o que representou um aumento de 17,6% em valor em relação a 2020 (R\$ 35 935,74). O Distrito Federal manteve-se como a Unidade da Federação com o maior PIB *per capita* brasileiro, com valor de R\$ 92 732,27 – 2,2 vezes maior que o PIB *per capita* do País. Mato Grosso ocupou a segunda posição, com PIB *per capita* de R\$ 65 426,10, seguido por Santa Catarina, com R\$ 58 400,55.

No *ranking* dos 10 maiores PIB *per capita*, aparecem apenas Unidades da Federação das Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Na Região Centro-Oeste, além da primeira posição ocupada pelo Distrito Federal, ao longo de toda a série, destaca-se o avanço relativo do Estado de Mato Grosso, que saiu da 11ª para a segunda posição, entre 2002 e 2021, resultado justificado pelo aumento de participação do PIB do Estado no período. Mato Grosso do Sul ocupou a sétima posição em 2021, avançando uma posição em relação a 2002, enquanto Goiás caiu da 10ª para a 11ª posição, no mesmo período.

Na Região Sul, Santa Catarina alcançou a terceira colocação, a posição mais alta atingida pelo Estado desde o início da série, e a maior posição ocupada por um Estado da Região Sul desde 2002. Rio Grande do Sul e Paraná perderam posições em relação ao início da série e chegaram em 2021, na sexta e oitava colocações, respectivamente, entretanto, ambos se mantiveram com desempenho de PIB *per capita* superior à média nacional. Observa-se ainda que Santa Catarina, apesar de possuir participação no PIB do Brasil inferior aos outros dois Estados de sua Região, apresentou PIB *per capita* mais elevado ao longo da série por conta da sua menor população.

Na Região Sudeste, São Paulo, pela primeira vez na série, não ocupou o posto de segundo maior PIB *per capita* nacional, alcançando a quarta posição em 2021. Por sua vez, o Rio de Janeiro, que iniciou a série na terceira posição, apareceu em quinto em 2021, após ter atingido seu mais baixo patamar em 2020 (sexta posição). Espírito Santo e Minas Gerais ocuparam a nona e décima posições, respectivamente, em 2021. Destaca-se ainda que Minas Gerais, em 2021, foi o único entre as 10 primeiras colocações a apresentar PIB *per capita* inferior à média nacional, razão de 0,9.

Tocantins, em 12º, e Rondônia, em 13º, registraram as maiores posições entre os Estados da Região Norte, ambos com razão de PIB *per capita* equivalente a 0,8 do valor nacional em 2021. Amazonas, Pará e Roraima apareceram em sequência nas 14ª, 15ª e 16ª posições, respectivamente, todos os três com razão de 0,7. Na análise da série, Amazonas e Amapá foram os que mais perderam posições na Região Norte, destacando que o primeiro saiu da nona para a 14ª posição, entre 2002 e 2021, enquanto o segundo saiu da 14ª para o 19ª lugar. O PIB *per capita* do Acre ocupou a 17ª colocação, entre as Unidades da Federação, e representou 0,6 do valor nacional, mesma posição e razão de 2002, início da série.

Na Região Nordeste, Bahia apresentou o maior PIB *per capita*, com valor de R\$ 23 530,94, em 2021, ocupando a 18ª colocação no *ranking* nacional e com razão de 0,6 (0,5 em 2002). Em seguida, aparecem Pernambuco (20º), Alagoas (21º), Rio Grande do Norte (22º), Sergipe (23º), Ceará (24º), Piauí (25º) e Paraíba (26º), todos com razão de 0,5, em relação ao PIB *per capita* nacional. O Estado do Maranhão, por sua vez, apresentou o menor PIB *per capita* entre as Unidades da Federação (27ª posição), com valor de R\$ 17 471,85 e razão de 0,4.

Na comparação do desempenho das Unidades da Federação, é preciso destacar que a Região Nordeste apresenta participações na população relativamente mais altas que suas participações no PIB. Nesse sentido, devido à concentração populacional, Estados

² Considerou-se a população residente estimada para 1º de julho 2021, segundo as Unidades da Federação, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

de maior participação no PIB, como Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, registraram valores de PIB *per capita* inferiores aos de Estados com PIB menores, como Tocantins, Rondônia e Roraima.

Na análise da distribuição regional do PIB e população entre as Grandes Regiões, percebe-se que nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste que possuem participação do PIB superior à participação da

população, padrão que foi mantido ao longo da série, encontram-se os maiores valores de PIB *per capita*; enquanto na Região Norte e Nordeste ocorre o contrário. Na Região Nordeste essa discrepância é mais evidente, visto que o PIB da Região, em 2021, representou 13,8% do valor nacional, enquanto a participação na população foi de 27,0%, quase o dobro da participação no PIB.

Valor corrente e posição relativa do PIB *per capita* das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB *per capita* do Brasil

■ 2021 ■ 2002

Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil	Unidades da Federação	PIB <i>per capita</i>		Razão entre o PIB <i>per capita</i> das Unidades da Federação e o PIB <i>per capita</i> do Brasil
	Valor corrente (R\$)	Posição relativa			Valor corrente (R\$)	Posição relativa	
Distrito Federal	92 732,27	1ª	2,2	Amazonas	30 803,56	14ª	0,7
	24 721,18	1ª	2,9		7 353,15	9ª	0,9
Mato Grosso	65 426,10	2ª	1,5	Pará	29 953,43	15ª	0,7
	7 265,37	11ª	0,9		4 043,64	22ª	0,5
Santa Catarina	58 400,55	3ª	1,4	Roraima	27 887,57	16ª	0,7
	9 745,87	4ª	1,2		6 736,70	12ª	0,8
São Paulo	58 302,29	4ª	1,4	Bahia	23 530,94	18ª	0,6
	13 443,91	2ª	1,6		4 388,28	20ª	0,5
Rio de Janeiro	54 359,61	5ª	1,3	Acre	23 569,31	17ª	0,6
	12 414,77	3ª	1,5		4 876,17	17ª	0,6
Rio Grande do Sul	50 693,51	6ª	1,2	Amapá	22 902,86	19ª	0,5
	9 423,79	5ª	1,1		5 977,03	14ª	0,7
Mato Grosso do Sul	50 086,07	7ª	1,2	Pernambuco	22 823,59	20ª	0,5
	7 599,05	8ª	0,9		4 426,56	19ª	0,5
Paraná	47 421,76	8ª	1,1	Alagoas	22 662,01	21ª	0,5
	8 927,46	6ª	1,1		3 962,88	23ª	0,5
Espírito Santo	45 353,81	9ª	1,1	Rio Grande do Norte	22 516,97	22ª	0,5
	8 348,80	7ª	1,0		4 709,83	18ª	0,6
BRASIL	42 247,52		1,0	Sergipe	22 177,45	23ª	0,5
	8 440,27		1,0		5 529,80	15ª	0,7
Minas Gerais	40 052,13	10ª	0,9	Ceará	21 090,10	24ª	0,5
	6 703,46	13ª	0,8		3 712,24	24ª	0,4
Goiás	37 414,08	11ª	0,9	Piauí	19 465,69	25ª	0,5
	7 307,95	10ª	0,9		2 440,70	27ª	0,3
Tocantins	32 214,73	12ª	0,8	Paraíba	19 081,81	26ª	0,5
	4 344,12	21ª	0,5		3 627,98	25ª	0,4
Rondônia	32 044,73	13ª	0,8	Maranhão	17 471,85	27ª	0,4
	5 147,41	16ª	0,6		2 718,05	26ª	0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Entretanto, a Região Sudeste, que representou mais de 50% da economia nacional entre 2002 e 2021, perdeu participação no PIB ao longo da série, em proporção maior à sua perda na participação da população, o que motivou a redução de sua razão de PIB *per capita*, enquanto as demais avançaram nesse quesito. Nas Regiões Nordeste e Sul, o aumento de participação no PIB foi acom-

panhado de redução de participação na população, o que contribuiu para o aumento da razão do PIB *per capita* em ambos.

Em contrapartida, nas Regiões Centro-Oeste e Norte, que apresentaram as menores participações tanto em PIB quanto em população, houve aumento das duas variáveis, entre 2002 e 2021, além de aumento da razão *per capita*, pois nas duas Regiões o

aumento percentual do PIB foi proporcionalmente maior. Ressalta-se ainda que, em 2002, a razão do PIB *per capita* da Região Centro-Oeste era alavancada sobretudo pelo Distrito Federal, mas ao longo da série o avanço relativo da Região foi motivado por Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto a Capital Nacional apresentou redução relativa de seu valor de PIB *per capita*.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil		Diferença absoluta das participações na população do Brasil 2002/2021	Diferença absoluta das participações no PIB do Brasil 2002/2021	Diferença absoluta das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2021
	2002	2021	2002	2021	2002	2021			
Norte	4,7	6,3	7,8	8,9	0,60	0,71	1,1	1,6	0,11
Nordeste	13,1	13,8	27,9	27,0	0,47	0,51	-0,9	0,7	0,04
Sudeste	57,4	52,3	42,6	42,0	1,35	1,24	-0,6	-5,1	-0,11
Sul	16,2	17,3	14,7	14,3	1,10	1,21	-0,4	1,1	0,11
Centro-Oeste	8,6	10,3	7,0	7,8	1,24	1,32	0,8	1,7	0,08
Centro-Oeste exceto DF	5,0	7,2	5,7	6,4	0,87	1,12	0,7	2,2	0,25

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB pela ótica da renda

Na série com referência em 2010, o SCR passou a incorporar a estimativa do PIB pela ótica da renda, permitindo observar a distribuição da renda gerada no processo produtivo entre os fatores de produção utilizados em cada Unidade da Federação. Em 2021, a remuneração dos empregados atingiu, pela primeira vez desde o início da série em 2010, patamar inferior a 40% do PIB, com participação de 39,2%. O excedente operacional bruto, mais o rendimento misto bruto, que desde 2020 tornou-se o principal componente do PIB pela ótica da renda, atingiu peso de 45,3% em 2021. O terceiro componente pela ótica da renda, os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação participaram com 15,5% do PIB em 2021, o que representou um aumento de 1,0 p.p. em relação a 2020.

O ganho de participação do excedente operacional bruto mais o rendimento misto

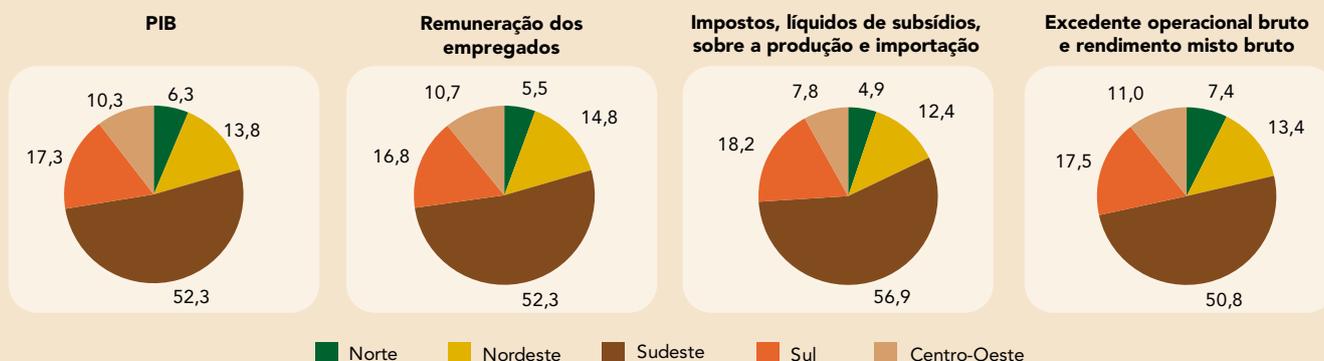
bruto, em 2021, foi justificado em grande medida pelo aumento de preços na Agropecuária e nas *Indústrias extrativas*. Observa-se que, apesar da perda relativa da remuneração de empregados sobre o PIB, houve crescimento nominal dos salários e das contribuições sociais, entre 2020 e 2021, além de aumento do número de ocupações.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que todas contribuíram para a perda de participação das remunerações dos empregados no âmbito nacional, embora nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste a redução percentual desse componente tenha sido mais elevada. Para o componente excedente operacional bruto mais rendimento misto, novamente a Região Centro-Oeste se destacou, desta vez ao lado da Região Norte, com aumentos de 2,8 p.p. e 2,2 p.p., respectivamente, enquanto no Brasil o ganho percentual desse componente foi de 1,7 p.p.

Na Região Centro-Oeste, a remuneração dos empregados teve sua participação no PIB reduzida, de 43,8%, em 2020, para 40,4%, em 2021, desempenho atrelado à elevação dos preços das principais *commodities* agrícolas produzidas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Atesta-se, portanto, que o destaque da atividade Agropecuária na Região resultou na mudança da distribuição dos componentes da renda ao longo do período verificado, considerando que no início da série o peso da remuneração de empregados na média da Região era mais elevado por influência do Distrito Federal.

A Região Norte manteve-se como a de maior peso do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto dentro de sua economia e a participação desse componente atingiu 53,3% em 2021 (51,1% em 2020). Nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, por sua vez, as remunerações de empre-

Participação das Grandes Regiões nos componentes do PIB pela ótica da renda (%) 2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

gados apresentaram as maiores participações em relação aos seus respectivos PIBs, porém, em ambos, o percentual desse componente foi inferior ao excedente mais o rendimento misto bruto em 2021.

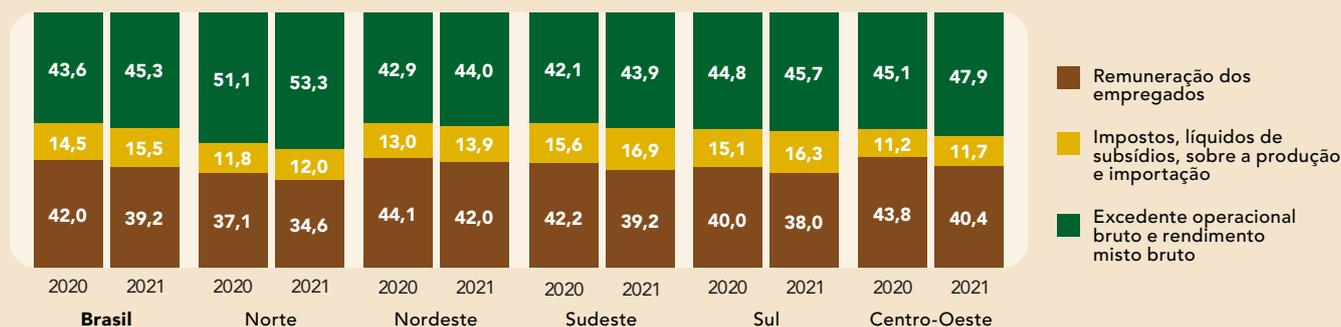
Na comparação da distribuição do PIB entre os componentes da renda, entre as Unidades da Federação, os Estados de Mato Grosso e do Pará se destacam com os menores patamares de participação da remuneração dos empregados em seus PIBs, com 27,0% e 28,9%, respectivamente. Tais resultados se explicam pela maior relevância de atividades mais intensivas em capital, como a extração de minério de ferro paraense e a agropecuária mato-grossense, e dos rendimentos das famílias produtoras, que conferem maior peso ao excedente operacional bruto mais rendimento misto bruto. No sentido oposto, os maiores percentuais de remuneração dos empregados foram registrados no Distrito Federal (57,6%), Amapá (53,1%) e Roraima (50%), o que se vincula à elevada participação da atividade de *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social* nessas três economias. Os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, seguem como menor componente do PIB pela ótica da renda em todas as Unidades de Federação e, em 2021, apresentou maior patamar de participação em Santa Catarina, com 20,1%, e menor no Amapá, com 8,5%.

O cenário de perda de participação da remuneração dos empregados distribuiu-se entre a maioria das Unidades da Federação,

visto que, em 2021, 18 delas registraram o excedente operacional mais rendimento misto bruto como o principal componente de seus PIBs; em 2020, eram 15. Entre as nove exceções de 2021, estão dois Estados da Região Norte (Roraima e Amapá), cinco da Região Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe), uma da Região Sudeste (São Paulo) e o Distrito Federal na Região Centro-Oeste.

A distribuição dos componentes do PIB pela ótica da renda entre as Grandes Regiões segue, em grande medida, o mesmo patamar das participações verificadas no PIB do Brasil. Entretanto, o percentual de participação das Regiões Norte e Centro-Oeste no excedente operacional bruto mais rendimento misto bruto nacional foram mais elevados do que suas participações no PIB brasileiro. O peso da Região Norte nesse componente no âmbito nacional foi de 7,4% e no PIB brasileiro foi de 6,3%, enquanto no Centro-Oeste as participações foram de 11,0% e 10,3%, respectivamente. Ainda em termos de participação no Brasil, a Região Sudeste apresentou peso superior a 50% no PIB e em todos os componentes da renda. Entretanto, apresentou participação do excedente operacional bruto e rendimento misto bruto (50,8%) inferior ao percentual no PIB (52,3%), ao passo que nos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação a participação foi superior (56,9%) e na remuneração dos empregados atingiu o mesmo percentual (52,3%).

Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Grandes Regiões (%) 2020-2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Por Unidade da Federação, observou-se que em 17 delas a participação do excedente operacional mais rendimento misto bruto no total brasileiro superou as participações alcançadas no PIB nacional: Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Nas remunerações dos empregados, em 13 veri-

ficou-se participações maiores que a alcançada no PIB do Brasil: Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Distrito Federal. Por fim, nos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação, em apenas cinco a participação superou a alcançada no PIB do País: Amazonas, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. ■

Participação das Unidades da Federação nos componentes do PIB e dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Unidades da Federação (%) 2021

Unidades da Federação	Participação das Unidades da Federação no Brasil (%)			Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda (%)		
	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos e subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto
Brasil	100,0	100,0	100,0	39,2	15,5	45,3
Rondônia	0,7	0,5	0,7	39,6	13,1	47,3
Acre	0,3	0,1	0,2	44,9	9,6	45,5
Amazonas	1,3	1,7	1,5	35,9	18,3	45,8
Roraima	0,3	0,1	0,2	50,0	10,9	39,1
Pará	2,1	1,8	4,0	28,9	9,5	61,6
Amapá	0,3	0,1	0,2	53,1	8,5	38,4
Tocantins	0,6	0,4	0,7	38,2	10,5	51,3
Maranhão	1,4	1,1	1,5	39,2	12,6	48,2
Piauí	0,8	0,5	0,7	43,3	10,8	45,9
Ceará	2,5	2,1	1,9	44,6	15,2	40,2
Rio Grande do Norte	1,0	0,7	0,8	45,1	12,3	42,6
Paraíba	1,0	0,7	0,8	47,1	13,3	39,6
Pernambuco	2,7	2,7	2,1	43,9	16,9	39,2
Alagoas	0,8	0,6	0,9	39,1	10,8	50,1
Sergipe	0,7	0,5	0,5	44,5	12,3	43,2
Bahia	3,9	3,5	4,1	38,7	13,8	47,4
Minas Gerais	9,0	8,1	10,5	37,0	13,3	49,7
Espírito Santo	1,7	2,3	2,3	32,4	17,5	50,0
Rio de Janeiro	10,1	9,9	11,1	37,7	14,6	47,6
São Paulo	31,4	36,5	26,9	40,9	18,8	40,4
Paraná	6,0	5,9	6,3	38,6	14,9	46,5
Santa Catarina	4,7	6,2	4,3	38,7	20,1	41,2
Rio Grande do Sul	6,1	6,1	6,9	36,9	14,7	48,4
Mato Grosso do Sul	1,4	1,3	1,9	33,6	12,4	54,0
Mato Grosso	1,8	1,8	3,6	27,0	10,6	62,4
Goiás	2,9	2,5	3,3	37,4	12,8	49,9
Distrito Federal	4,7	2,3	2,2	57,6	11,1	31,4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil/EBC

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgeoficial



/ibgeoficial



@ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial



Saiba mais sobre a
pesquisa.

www.ibge.gov.br 0800 721 8181